



Prefeitura Municipal de Diadema - São Paulo
Professor de Educação Básica I

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Texto.....	1
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras.....	2
Ortografia Oficial.....	6
Pontuação	16
Acentuação.....	20
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações).....	23
Concordância verbal e nominal	35
Regência verbal e nominal	42
Crase	49
Colocação pronominal.....	53
QUESTÕES.....	56
GABARITO	69

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Diadema (atualizada e/ou alterada)	1
Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Diadema (atualizado e/ou alterado)	62
Questões	96
GABARITO	101

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Concepções históricas, filosóficas e sociológicas da Educação	1
Teorias da aprendizagem	8
Correntes e tendências pedagógicas	17
Educação inclusiva	18
A educação escolar como direito e dever do estado	29
Financiamento da educação	38
Cultura e diversidade	39
Democracia e Cidadania	42
Violência escolar	43
Tecnologia, mídias e educação	46
Interdisciplinariedade, transversalidade e pedagogia de projetos	51
Relação professor-aluno-escola-família-comunidade	56
Currículo; Projeto Político Pedagógico	56
Didática, planejamento, metodologia e avaliação no processo ensino-aprendizagem	64
O ensino e a Base Nacional Comum Curricular	70
Estatuto do Magistério da Prefeitura do Município de Diadema Lei Complementar nº 353, de 26 de março de 2012 e alterações posteriores	72
Questões	123
Gabarito	130

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A criança e a formação pessoal e social; o conhecimento do mundo	1
A construção da identidade e da autonomia das crianças	5
A infância e a cultura; a arte enquanto espaço da produção cultural da infância	7
A criança e as interações: A educação escolar – aprendizagens e ensino: Ensino e a aprendizagem da língua	12
Alfabetização; O texto como unidade de ensino; Diversidade textual e gêneros discursivos	16
Ensino e aprendizagem da matemática	28
Construção da competência leitora e escritora das crianças	29
A criança enquanto ser em transformação	37
Questões	42
Gabarito	50



Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

► Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

► Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

► Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

O Povo do Município de Diadema, consciente de sua responsabilidade perante DEUS e os Homens, por seus representantes reunidos na CÂMARA MUNICIPAL CONSTITUINTE, inspirado nos princípios constitucionais da REPÚBLICA e animado pela vontade de realizar o ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, em sessão realizada no dia 22 de novembro de 2005, promulga a presente.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1º - O Município de Diadema, Estado de São Paulo, integra, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil, nos termos estabelecidos pela Constituição da República, do Estado e por esta Lei Orgânica.

Parágrafo 1º - Como participante do Estado Democrático de Direito, o Município compromete-se a respeitar, valorizar e promover seus fundamentos básicos:

- I. a soberania;
- II. a cidadania;
- III. a dignidade da pessoa humana;
- IV. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V. o pluralismo político.

Parágrafo 2º - Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica.

Artigo 2º - Constituem, em cooperação com a União e o Estado, objetivos fundamentais do Município:

- I. construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. garantir o desenvolvimento municipal, estadual e nacional;
- III. erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais;
- IV. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, religião, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- V. garantir a efetivação dos direitos humanos, individuais e sociais.

Parágrafo Único – O Município buscará a integração e a cooperação com a União, os Estados e os demais Municípios para a consecução dos seus objetivos fundamentais.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Artigo 3º - A dignidade do ser humano é intangível; respeitá-la e protegê-la é obrigação do poder público.

Parágrafo 1º - Os direitos fundamentais são invioláveis.

Parágrafo 2º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.



A educação, mais do que uma simples transmissão de conhecimentos, é um processo complexo e dinâmico que envolve o desenvolvimento de valores, habilidades e atitudes que capacitam o indivíduo a participar ativamente na sociedade. Desde a Antiguidade, a busca por compreender a natureza, os objetivos e os impactos da educação mobiliza filósofos e sociólogos, que buscam entender não só o que e como se ensina, mas também por que e para quem se ensina. Nesse sentido, as abordagens filosóficas e sociológicas são fundamentais para fornecer uma compreensão mais ampla e profunda da prática educativa.

A filosofia da educação examina as finalidades da educação, os valores que a sustentam e os princípios éticos e epistemológicos que devem guiar o processo de ensino e aprendizagem. Essa análise filosófica permite que educadores e formuladores de políticas reflitam sobre o papel da educação no desenvolvimento individual e na promoção do bem comum. Pensadores como Platão, John Dewey e Paulo Freire destacam a educação como um processo de formação moral, intelectual e política, essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Por outro lado, a sociologia da educação contribui com uma análise crítica das relações entre a educação e o contexto social, econômico e cultural. Através dessa perspectiva, compreendemos como a educação reflete e influencia a estrutura social, podendo tanto promover a mobilidade social quanto perpetuar desigualdades. Teóricos como Émile Durkheim, Pierre Bourdieu e Basil Bernstein estudaram o papel da escola na socialização dos indivíduos e na reprodução das diferenças de classe e cultura. A sociologia examina como fatores como classe social, gênero, etnia e contexto econômico afetam as oportunidades educacionais e moldam as experiências dos alunos, destacando a educação como um espaço de poder e disputa.

Assim, entender os aspectos filosóficos e sociológicos da educação permite uma visão mais integrada e crítica do papel da escola e do ensino na sociedade. A filosofia oferece as bases normativas, explorando valores éticos e morais da educação, enquanto a sociologia evidencia fatores estruturais e contextuais, que influenciam e, por vezes, limitam a prática pedagógica. Ao combinar essas perspectivas, a educação pode ser vista como um fenômeno não apenas individual, mas essencialmente coletivo e político, em que o objetivo é formar indivíduos conscientes, críticos e aptos a transformar o mundo ao seu redor.

Essa abordagem integral é essencial para que educadores, gestores e formuladores de políticas possam construir sistemas educacionais que promovam o desenvolvimento pleno dos indivíduos e o avanço da justiça social. No contexto atual, marcado por desafios crescentes como a desigualdade social, a globalização e o avanço tecnológico, a compreensão dos fundamentos filosóficos e sociológicos da educação é crucial para enfrentar as transformações e os desafios que se colocam para a educação do futuro.

► Filosofia da Educação

A Filosofia da Educação é um campo de estudo que se dedica à investigação dos princípios, valores e objetivos que fundamentam a prática educativa. Ela questiona o propósito da educação, os métodos ideais de ensino e as concepções de conhecimento e ética que devem orientar a formação humana. Esse ramo da filosofia é essencial para pensar a educação de forma crítica e fundamentada, pois explora o que significa educar e como o processo educativo contribui para o desenvolvimento individual e social.

O que é Filosofia da Educação?

A Filosofia da Educação é uma área da filosofia que busca responder perguntas fundamentais sobre o sentido e o propósito da educação. Ela se interessa por questões como:

- Por que educamos?
- O que significa ensinar e aprender?
- Qual é o papel da educação no desenvolvimento moral e social do indivíduo?



► A formação da identidade nas interações sociais

A identidade infantil constitui-se de modo progressivo nas relações que a criança estabelece com adultos, outras crianças, espaços, objetos, linguagens e práticas culturais. Desde os primeiros anos de vida, ela percebe regularidades no modo como é chamada, acolhida, cuidada e reconhecida, formando referências sobre si mesma e sobre o lugar que ocupa nos grupos dos quais participa. Esse processo não ocorre de maneira isolada nem depende apenas de características individuais, pois envolve experiências de pertencimento, diferenciação e reconhecimento mútuo.

A criança constrói imagens de si ao interpretar gestos, palavras, expectativas e atitudes presentes no cotidiano. Quando encontra relações estáveis, afetivamente seguras e respeitadas, amplia sua confiança para explorar o ambiente, expressar necessidades e enfrentar situações novas. O reconhecimento de suas iniciativas fortalece a percepção de competência, enquanto a escuta atenta de seus sentimentos favorece a elaboração de modos próprios de comunicar desconfortos, desejos, receios e preferências.

Singularidade e pertencimento

A formação pessoal exige equilíbrio entre a valorização da singularidade e a participação em coletividades. Cada criança apresenta ritmos, formas de expressão, repertórios culturais, características corporais e modos de interação particulares. Ao mesmo tempo, aprende que integra uma família, uma comunidade, uma instituição educativa e diferentes grupos sociais. Pertencer não significa tornar-se igual aos demais, mas reconhecer vínculos, responsabilidades compartilhadas e possibilidades de convivência com a diversidade.

A representação positiva de si é favorecida quando diferenças físicas, étnico-raciais, culturais, linguísticas, religiosas, familiares e funcionais são tratadas com naturalidade, respeito e dignidade. A invisibilização ou a desvalorização dessas diferenças pode produzir sentimentos de inadequação e exclusão. O ambiente educativo deve ampliar referências, apresentar múltiplas formas de viver e evitar modelos únicos de aparência, comportamento, família ou participação social.

► Autonomia como capacidade construída

A autonomia infantil não corresponde à ausência de orientação adulta nem à execução precoce de tarefas sem apoio. Ela se desenvolve quando a criança participa de decisões compatíveis com sua idade, compreende rotinas, experimenta soluções, avalia consequências e assume responsabilidades graduais. O adulto organiza condições seguras, oferece ajuda quando necessária e reduz a intervenção à medida que a criança demonstra maior domínio.

Situações cotidianas como escolher materiais, guardar pertences, servir-se, higienizar-se, organizar espaços, resolver pequenos conflitos e comunicar necessidades favorecem a autonomia. O valor educativo dessas ações está na possibilidade de compreender sequências, antecipar resultados e perceber que suas escolhas afetam a si mesma e aos demais.

Segurança emocional e iniciativa

A iniciativa depende da confiança de que erros podem ser revistos sem humilhação. Ambientes excessivamente controladores tendem a limitar a exploração, enquanto contextos sem referências claras podem gerar insegurança. A combinação entre liberdade de ação, limites compreensíveis e presença adulta disponível oferece base para que a criança desenvolva autorregulação.